

- **[Lei n.º 47/2011, de 27 de julho](#)**
Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprova o respectivo Estatuto e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro.
- **[Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril](#)**
Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional
- **[Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto](#)**
Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 74/2006](#), de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 11.º a 17.º da [Lei n.º 46/86](#), de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- **[Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro](#)**
Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.
- **[Portaria n.º 96/2012, de 05 de abril](#)**
Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações e designa as respetivas autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.
- **[Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro](#)**
Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de Projetos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras.
- **[Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho](#)**
Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.
- **[Lei n.º 31/2009, de 3 de julho](#)**
Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de Projetos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro.
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=38485>
- **[Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho](#)**
Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do Projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de Projetos de obras

públicas, designados «Instruções para a elaboração de Projetos de obras», e a classificação de obras por categorias.

➤ **[Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho](#)**

Altera os Decretos-Leis n.os 74/2006, de 24 de março, 316/76, de 29 de abril, 42/2005, de 22 de fevereiro, e 67/2005, de 15 de março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas.

➤ **[Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro](#)**

Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial.

➤ **[Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro](#)**

Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=38484>

➤ **[Portaria n.º 325/2000, de 8 de junho](#)**

Aprova a lista de profissões regulamentadas, bem como das autoridades que, para cada profissão, são competentes para receber, apreciar e decidir dos pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99 de 13 de outubro.

➤ **[Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de agosto](#)**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/48/CEE, de 21 de dezembro, relativa ao reconhecimento de diplomas de ensino superior.

➤ **[Decreto Regulamentar n.º31/83, de 18 de abril](#)**

Aprova o Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular.

➤ **[Portaria de 7 de fevereiro de 1972](#)**

Cálculo dos honorários.